

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2022

Guiné-Bissau

Em 2022, a Guiné-Bissau fez um avanço moderado nos seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. A Guarda Nacional começou a capacitar oficiais de fronteira sobre como detectar situações de tráfico de pessoas e criou comités de base nas aldeias próximas a áreas fronteiriças para ajudar a identificar traficantes de pessoas que atravessam as fronteiras ilegalmente. O recém-desenvolvido sistema de gestão e encaminhamento de casos, sob a liderança do Instituto Nacional da Mulher e Criança, também foi utilizado por 28 instituições durante o período em análise e, embora o Plano Emergencial Nacional para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Pessoas tenha caducado em 2021, continuou a ser implementado e contribuiu para a identificação e reintegração de 198 vítimas de tráfico infantil a nível nacional e transnacional. Contudo, as crianças na Guiné-Bissau são sujeitas às piores formas de trabalho infantil, incluindo a mendicidade forçada. As crianças também estão envolvidas em trabalho forçado na agricultura. As proibições de exploração sexual comercial de crianças não atendem às normas internacionais, pois a prostituição infantil não é proibida por lei no regime jurídico do país. Para além disso, embora um novo código laboral tenha entrado em vigor em 2022, a idade mínima para o trabalho não está em conformidade com as normas internacionais, uma vez que as protecções relativas à idade mínima não se aplicam às crianças sem contrato de trabalho. Ademais, as autoridades de segurança pública não recebem recursos suficientes para levar a cabo inspecções e processar adequadamente os casos de trabalho infantil, e os programas sociais não dão resposta suficiente à dimensão do problema no país.

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Estrutura jurídica	Garantir que a idade mínima para trabalhar se aplique a todas as crianças, incluindo as crianças sem um contrato formal de trabalho.	2015 – 2022
	Garantir que as leis proíbam penalmente o uso de crianças para a prostituição.	2021 – 2022
	Certificar-se de que a lei estipule a proibição penal do recrutamento de crianças com menos de 18 anos de idade por grupos armados não estatais.	2016 – 2022
	Assegurar a gratuitidade de todos os nove anos de ensino básico.	2015 – 2022
	Elevar a idade de escolaridade obrigatória de 15 para 16 anos para que coincida com a idade mínima para o trabalho.	2018 – 2022
Fiscalização	Garantir que o número de autoridades de segurança pública seja suficiente para fazer face à dimensão do problema e que	2009 – 2022

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	tanto as autoridades de aplicação do direito civil como do penal recebam recursos adequados para inspecionar, investigar e processar penalmente os casos de trabalho infantil em todo o país, incluindo Bafatá e Gabú, locais onde a incidência de trabalho infantil é verificada.	
	Reforçar a Inspecção-Geral do Trabalho dando início a inspecções de rotina, com um foco em inspecções baseadas em análise de dados relacionados com sectores susceptíveis a riscos e padrões de incidentes graves.	2016 – 2022
	Publicar informações referentes a dados de inspecção laboral referentes ao período em análise, incluindo o nível de financiamento fornecido à Inspecção-Geral do Trabalho, a quantidade de inspecções do trabalho realizadas em locais de trabalho, ao número de violações de trabalho infantil, penalidades impostas e recolhidas relativamente a violações de trabalho infantil, se inspecções de rotina foram realizadas e direcionadas e se foram realizadas inspecções de surpresa.	2009 – 2022
Coordenação	Estabelecer uma entidade responsável pela inserção padronizada e uniforme de dados no sistema de encaminhamento e gestão de casos para facilitar a identificação de casos de trabalho infantil.	2022
Políticas governamentais	Assegurar a aprovação de uma política que trate de todas as piores formas relevantes de trabalho infantil, como a Política Nacional de Protecção de Crianças e Adolescentes.	2022
	Garantir que acções sejam empreendidas para implementar o Código de Conduta contra a Exploração e o Turismo Sexual e que sejam publicados os resultados das acções implementadas durante o período em análise.	2017 – 2022
Programas sociais	Aumentar significativamente as campanhas de sensibilização nacional sobre o tráfico de pessoas, incluindo o tráfico infantil.	2018 – 2022
	Assegurar-se de que as instalações, incluindo os abrigos, contem com recursos adequados para auxiliar as vítimas das piores formas de trabalho infantil.	2015 – 2022
	Ampliar os actuais programas para que possam lidar com a abrangência do problema do trabalho infantil, incluindo o trabalho de rua, sobretudo no caso da mendicidade, e na agricultura.	2009 – 2022

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	Redobrar os esforços para eliminar obstáculos e tornar o ensino acessível a todas as crianças, melhorando a infraestrutura escolar e disponibilizando transportes, especialmente para as áreas rurais.	2019 – 2022